



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA – CNA

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública
Filiada na Coordenadora Europeia – Via Campesina – Sede em Bruxelas

INCÊNDIOS FLORESTAIS

O flagelo põe outra vez a nu a falta de uma política nacional de prevenção e correcto ordenamento florestais.

Bastou um Verão mais quente para aí termos, outra vez, muitos incêndios florestais de grande intensidade e extensão.

Arde Floresta de Norte a Sul. Ardem áreas (supostamente...) protegidas, com particular gravidade para o Gerês e para a Serra da Estrela.

As Populações estão receosas e as mais atingidas pelos incêndios perdem teres e haveres, perdas de que devem ser ressarcidas.

Apesar do incremento verificado nos últimos anos, na actual situação escasseiam os meios de combate quer no solo quer pelo ar, e são visíveis sinais de descoordenação entre as entidades oficiais com capacidade e responsabilidades de intervenção na catástrofe.

Depois de 5 anos de “tréguas”, com discursos a aludir/iludir que os incêndios de 2003 e 2005 eram águas passadas e que, com as medidas tomadas, diminuiu a área ardida, uma vaga de calor, por um período mais alargado, colocou a nu que persistem os problemas estruturais da Floresta Nacional e que não estamos melhor do que há 5 anos atrás. Aliás, os preços da madeira, na Produção, mantêm-se em acentuada baixa o que, desde logo, deita por terra a oficialmente propagandeada “gestão activa da Floresta”.

Importa recordar que, ao longo destes anos, os sucessivos Governos e outros Órgãos de Soberania reforçaram, muito, a via da legislação com forte pendor coercivo/repressivo e a via do reforço dos meios de combate aos incêndios mas, mais uma vez, ficaram-se pelas palavras quanto às questões estruturais. Apenas alguns exemplos demonstrativos:

-- As ZIFs – Zonas de Intervenção Florestal, passaram de um sentimento de expectativa, por parte dos Produtores Florestais, para um sentimento de marasmo e desânimo;

-- Continua a marcar passo o Cadastro Florestal, instrumento fundamental de orientação e execução da política florestal.

-- As Ajudas Comunitárias e a promessa de um investimento sem igual no sector neste Quadro Comunitário que se iniciou em 2007, resultou no maior período de ausência de investimento público que o sector até agora teve (é notícia recente que, e cita-se:- “a quase totalidade dos apoios comunitários destinados a financiar o Sector Florestal Português ainda estão por atribuir”).

-- As Pragas e Doenças dizimam várias espécies arbóreas por todo o País, sem que o Governo demonstre ter uma estratégia para inverter a situação.

RUÍNA DA AGRICULTURA FAMILIAR É FACTOR DECISIVO PARA A EXTENSÃO E INTENSIDADE DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

No entender da CNA, a grande extensão e violência dos Incêndios Florestais, devem-se, em primeiro lugar, à ruína da Agricultura Familiar e ao conseqüente abandono do “uso múltiplo” da Floresta. Em segundo lugar, devem-se à proliferação da monocultura de espécies de crescimento rápido que têm destruído a natureza e a função social, ambiental e paisagística da nossa Floresta. Só depois, e em terceiro lugar, se devem às alterações climáticas.

A CNA considera que mais do que uma estratégia de culpabilização dos cidadãos e proprietários e de investimento de avultadas quantias no combate, o Governo deve privilegiar a prevenção e adoptar uma Estratégia Nacional para as Florestas de forma a, e designadamente:

-- Promover as espécies florestais que constituam uma mais valia na preservação dos recursos estratégicos como: água, solo e biodiversidade - e não o contrário;

-- Promover uma floresta, planificada onde se saiba a quem pertence o quê e que constitua um aliado natural no combate ao aumento exponencial dos riscos de incêndios, objectivos só possíveis com a materialização do Cadastro Florestal;

-- Repor a médio/longo prazos, o equilíbrio entre espécies de crescimento rápido e espécies de crescimento lento, promovendo as espécies autóctones em detrimento das importadas como o eucalipto e o pinheiro bravo, fazendo com que as espécies folhosas sejam encaradas verdadeiramente como uma alternativa com valia económica para os proprietários florestais;

-- Sujeitar todo e qualquer apoio público ao sector florestal a fórmulas e critérios de distribuição – desburocratizados - que privilegiem objectivos sociais, ambientais e paisagísticos, nomeadamente, que privilegie os pequenos e médios produtores, a reocupação humana dos territórios rurais, os Baldios, as áreas ardidas e/ou em processo de erosão, o plantio de árvores resistentes ao fogo.

-- Criação de condições para a valorização geral da Floresta de uso múltiplo, de forma a rapidamente se alcançar melhores preços da Madeira na Produção.

Por último recorda-se que a Floresta Nacional, é um recurso natural, dos poucos que temos, que possui grande capacidade para gerar riqueza e emprego no país e que (ainda...) ocupa quase 40% do território nacional.

**Para evitar e para controlar os Incêndios
São necessárias outras e melhores políticas agro-florestais !**